

Identidade nacional, política externa e guerra: a “Operação Paz para a Galileia” revisitada

National identity, foreign policy, and war:
‘Operation Peace for the Galilee’ revisited

Guilherme Casarões*

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo compreender a política externa de Menachem Begin (1977-1983), com especial foco na Operação Paz para a Galileia (1982), a partir da dinâmica entre identidade nacional e ação estatal. Parte-se da hipótese de que as relações entre Israel e a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), cuja degeneração ao longo da década de 1970 resultou na Guerra do Líbano, representou um reflexo da identidade israelense num contexto de profundas inflexões domésticas e internacionais relativas à Israel. A relação entre o “*self*” nacional judaico/israelense e o “outro” árabe será levada em consideração, compreendendo-se a política externa como um instrumento de alteridade, construtor de fronteiras entre interno/externo, amigo/inimigo, *self*/outro. Analisaremos, nesse contexto, a posição oficial do governo israelense com relação à Guerra do Líbano a partir de um documento central do período: o discurso de Menachem Begin ao Knesset, ao fim de julho de 1982. Busca-se, com isso, identificar os elementos identitários que informam a ação externa do Estado, de forma a jogar luz sobre um dos mais controversos episódios da história israelense e a corroborar nossa hipótese de trabalho.

Palavras-chave: Identidade nacional. Política externa israelense. Operação Paz para a Galilee. Relações Israel e Líbano.

Abstract

This work seeks to understand Menachem Begin’s foreign policy (1977-1983) in general, and Operation Peace for the Galilee in particular, by analyzing the dynamics between national identity and state action. We develop the hypothesis that relations between Israel and the Palestinian Liberation Organization (PLO), which have deteriorated over the 1970s, and resulted in the Lebanon War of 1982, may be interpreted as a shift in the Israeli identity in a context of deep domestic and international changes related to Israel. The relationship between a Jewish/Israeli national ‘*self*’ and an Arab ‘other’ will be taken into account. We

* Guilherme Casarões é professor de Relações Internacionais nas Faculdades Integradas Rio Branco e na Fundação Getúlio Vargas. É mestre e doutorando em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Campinas (Programa San Tiago Dantas). Suas pesquisas recentes envolvem o conflito árabe-israelense e a política externa brasileira para o Oriente Médio. O autor gostaria de agradecer ao Prof. Peter Demant por comentários a versões anteriores deste texto. Contato: casaroes@gmail.com.

thus understand foreign policy as an instrument of otherness, building bridges between inside/outside, friend/enemy, and *self/other*. We will analyze, in this sense, the official position the Israeli government took as concerns the Lebanon War based on a key document of that time: Menachem Begin's address in the Knesset, in late July 1982. We want to identify the elements of identity which support state action, so as to shed light on one of the most controversial episodes of Israeli history, and to corroborate our work hypothesis.

Keywords: National identity. Israeli foreign policy. Operation Peace for the Galilee. Israel-Lebanon relations.

O presente trabalho tem como objetivo compreender a política externa de Menachem Begin (1977-1983), com especial foco na Operação Paz para a Galileia (1982), a partir da dinâmica entre identidade nacional e ação estatal. Parte-se da hipótese de que as relações entre Israel e a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), cuja degeneração ao longo da década de 1970 resultou na Guerra do Líbano, representou um reflexo da identidade israelense num contexto de profundas inflexões domésticas e internacionais relativas à Israel. A relação entre o “*self*” nacional judaico/israelense e o “outro” árabe será levada em consideração, compreendendo-se a política externa como um instrumento de alteridade, construtor de fronteiras entre interno/externo, amigo/inimigo, *self/outro*. Analisaremos, neste contexto, a posição oficial do governo israelense com relação à Guerra do Líbano a partir de um documento central do período: o discurso de Menachem Begin ao Knesset, ao fim de julho de 1982. Busca-se, com isso, identificar os elementos identitários que informam a ação externa do Estado, de forma a jogar luz sobre um dos mais controversos episódios da história israelense e a corroborar nossa hipótese de trabalho.

Dividiremos o texto em quatro partes. Na primeira delas, discorreremos brevemente sobre as relações entre identidade e política externa, entendendo-as como “construtores de alteridade”, quer dizer, de fronteiras entre o “*self*” (Israel) e o “outro” (no caso, os árabes, sobretudo os palestinos). A seguir, discutiremos a relação entre a identidade nacional israelense, entendida aqui como sionismo, e os “outros” identitários com os quais o Estado de Israel (ou até mesmo os judeus no Yishuv) relacionou-se ao longo do século 21. Num terceiro momento, trataremos mais especificamente das transformações do sionismo, desde a criação do Estado até a década de 1980, mostrando como a identidade israelense conjuga elementos simbólicos, materiais e ideológicos que se reposicionam ao longo do tempo. Isso nos permitirá, na última parte, discutir com mais detalhes as relações de alteridade e identidade presentes na posição oficial do governo israelense a respeito da invasão do Líbano, em julho de 1982. Por fim, uma breve conclusão buscará dar conta dos resultados obtidos.

Identidade e política externa: nexos possíveis?

Ao contrário da “ideia tradicional de que a política externa constrói pontes entre entidades preexistentes chamadas Estados” (Messari 2001, 227), argumenta-se que essa política estabelece relações entre os mesmos por meio da delimitação de fronteiras entre o “*self*” e o “outro”. Para que se possa chegar a essa diferenciação, o contato é necessário e a política externa é o meio.

Dessa forma, a identidade nacional é (re)produzida, considerando-se critérios de aproximação e diferenciação, pertencimento ou exclusão¹.

Como, então, essas diferenças e suas atribuições, sejam elas positivas ou negativas, são observadas? Argumento que elas tornam-se expostas, e visíveis, por meio da linguagem. Os discursos de Estados engajados em uma relação de política externa são, portanto, os elementos que a relacionam à construção e reconstrução da identidade. Nesse sentido,

a fronteira interna/externa é uma função da autoridade discursiva de um Estado, isto é, sua habilidade, frente à ambiguidade e à incerteza, de impor sentidos fixos e estáveis sobre quem pertence e quem não pertence à nação, e a partir daí distinguir uma comunidade política específica – o interno – de todos os outros – o externo (Doty 1996, 122).

Percebe-se, portanto, que a relação entre o “*self*” e o “outro” é, via de regra, extremamente complexa. De forma a lidar com certa aridez analítica, Todorov (1999) distingue três eixos a partir dos quais a alteridade é construída: axiológico, praxiológico e epistêmico. No primeiro eixo, atribui-se elementos *valorativos* ao “outro” (bom ou mau, superior ou inferior). O segundo eixo trata do *distanciamento* com relação ao “outro”, baseado na questão da similaridade ou diferença. “Nesses termos, três atitudes diferentes são esperadas: imposição do ‘self’ sobre o ‘outro’, submissão do ‘self’ ao ‘outro’, ou mera indiferença” (Messari 2001, 230). Finalmente, o eixo epistêmico relaciona-se ao *reconhecimento*, isto é, à consideração ou ignorância do “outro”. O mecanismo discursivo do Estado – o “*self*” em questão – deve conter elementos que permitam sua identificação com os eixos da alteridade.

Em sua aplicação ao Estado como “*self*”, ou seja, na busca da constituição de uma identidade de Estado, quem se responsabiliza por essa construção da alteridade e pelo consequente estabelecimento de critérios de pertencimento ao grupo? Um Estado é constituído por pessoas. Pessoas, entretanto, não agem isoladamente nesse processo, não atuam *per se* se não estabelecerem um vínculo com o Estado que as motive a fazê-lo. Elas somente agem caso estejam inseridas em uma *coletividade*, e o Estado da forma como é concebido, representando um aparato político-jurídico delimitado geograficamente, não fornece o “cimento” que une as pessoas em torno de uma ideia do coletivo. Esse senso de união, de unidade, é dado pela *nação*. De acordo com Calhoun (1997), a nação representa uma identidade *categórica*, a partir da qual a identificação ocorre não por teias de relacionamentos (como nas famílias ou linhagens), mas pela similaridade de atributos. Não por acaso, Benedict Anderson (1991) denominou nações de *comunidades imaginadas*, em função das quais “as pessoas imaginam a nação como uma comunidade limitada e exclusiva, que é (ou deveria ser) soberana e digna de sacrifício – em última instância, o sacrifício da própria vida” (Breuilly 2000, 168).

O nacionalismo, nesse contexto, é entendido como “a utilização do símbolo ‘nação’ pelo discurso e a atividade política, bem como o sentimento que leva as pessoas a reagirem ao uso desse símbolo” (Breuilly 2000, 240). Torna-se clara, dessa forma, a utilização da nação como elemento unificador em torno do pertencimento (“*self*”) e da diferenciação (“outro”). Assim,

1 Vale lembrar que o “outro”, sendo ele o diferente, não é necessariamente inimigo. À diferença podem ser atribuídas tanto conotações positivas (por meio da afirmação ou reiteração da semelhança do “outro” com o “*self*”) quanto negativas (por meio da criação de antagonismos entre “*self*” e “outro”).

por permitir a identificação entre os membros de uma comunidade política à qual se relaciona, a política externa constitui-se como veículo de construção da nação, sendo também informada por essa identidade nacional. Apesar da unidade que a caracteriza, não se pode afirmar que a nação é dotada de uma identidade fixa, estável, estando sempre no processo de ser construída e reconstruída (Doty 1996).

Nesse momento, chega-se ao argumento principal desta seção: a relação cíclica entre identidade e política externa é totalmente possível e abre um caminho importante na análise de fenômenos internacionais, iluminando o comportamento dos Estados. Ela é possibilitada mediante a presença do Estado, o portador da identidade e o executor da política externa, lembrando a relação coconstitutiva entre uma e outra que ocorre em seu interior. Contudo, a identidade do Estado é um elemento dotado de pouca significação se tomado à parte da identidade nacional à qual o Estado busca se vincular. Essa identidade nacional, categórica por excelência, é o que estabelece o laço entre o indivíduo e o Estado, permite a participação política do indivíduo e gera a legitimidade que garante a vida daquele último.

O nacionalismo judaico em retrospectiva: o “self” e os “outros”

Peter Demant (2001) divide a ideologia sionista e israelense em quatro estágios: a) o “sionismo clássico”, entre 1880 e 1940; b) o “sionismo estatal”, entre 1948 e 1967; c) o “sionismo tardio” (*late Zionism*) entre 1967 e 1991; e d) a dicotomia entre pós-sionismo e fundamentalismo, a partir de 1991 (Demant 2001). Para os propósitos deste trabalho, somente os três primeiros estágios serão considerados, uma vez que o caso a ser tratado a seguir situa-se no período do “sionismo tardio”.

Demant (2001) reúne quatro elementos cuja conjugação, ao longo do tempo, dá sentido às formulações iniciais da identidade nacional judaica e aos seus momentos de mudança: o nacionalismo, o socialismo, a religião e a democracia. Em cada estágio do sionismo, esses quatro componentes foram enfatizados ou considerados em menor grau, num balanço que permite compreender tanto a configuração de cada um dos momentos quanto à dinâmica de sua transformação. Barnett (1999), seguindo uma linha de raciocínio parecida, acrescenta o Holocausto como elemento constitutivo da identidade israelense, que também será tratado adiante. Pretende-se, assim, chegar à identidade que de fato informou o Estado de Israel durante os estágios iniciais da Guerra do Líbano.

A memória do Holocausto e o trauma por ele gerado permearam, por gerações, o pensamento e o modo de vida israelense (Barnett 1999). Questões relacionadas à segurança nacional, intimamente ligadas à identidade, foram diretamente influenciadas por esse legado. Após as atrocidades cometidas pelos nazistas na Europa durante a Segunda Grande Guerra, a preocupação com a sobrevivência física dos judeus tornou-se cada vez mais destacada, e foi transportada para a Palestina por aqueles que fugiram ou foram expulsos do velho continente. A sensação de abandono dos judeus deixada durante o Holocausto levaria, portanto, à conclusão de que “a segurança física era muito importante para ser deixada para os outros, já que, mesmo em momentos de grande perigo, amigos, por mais condescendentes, poderiam ser pouco decisivos” (O’Neill 1994, 419).

A dinâmica da alteridade também foi modificada em decorrência do Holocausto. A experiência dos judeus europeus fugidos da Guerra permitiu que, assim que se estabeleceram no Estado de Israel, ou na comunidade judaica pré-Estado, uma comparação entre a perseguição alemã e a ameaça árabe fosse traçada. Era necessário evitar, a todo custo, que o “inimigo árabe” pudesse fazer com os judeus o que tinha sido feito pelo “inimigo nazista”. Por muitas vezes, a comparação entre árabes e nazistas foi utilizada como recurso discursivo especialmente pungente, uma vez que tocava o mais profundo sentimento nacionalista dos judeus, fundado na vulnerabilidade.

O elemento do Holocausto, somado ao nacionalismo característico do sionismo do *Yishuv*, compôs as bases do chamado “sionismo estatal”, instaurado quando do estabelecimento do Estado de Israel, em 1948. O nacionalismo possibilitou que as primeiras lideranças do novo Estado conseguissem manter, por algum tempo, a unidade social dos judeus, a despeito da grande diversidade daquele povo – conformada não só pela imigração em massa dos judeus sobreviventes do Holocausto durante toda a década de 1940, como também pela entrada de inteiras comunidades judaicas vindas do Oriente Médio, “profundamente tradicionalistas e geralmente patriarcais” (Demant 2001, 214).

Outro elemento aglutinador que passou a constituir a recém-estabelecida sociedade israelense foi o exército e seu papel como bastião da sobrevivência judaica. Esse simbolismo conferido às forças armadas, as chamadas Forças de Defesa Israelenses (FDI), torna-se justificável a partir da compreensão de que a sociedade judaica na Palestina havia sido constituída por meio da força, seja contra os britânicos no período do *Yishuv*, seja contra os árabes na Guerra de Independência, que culminou com o estabelecimento do Estado de Israel. Diversos autores argumentam que o moderno Estado de Israel foi criado em batalha (Van Creveld 2002) e que esse fator acabou acarretando no crescimento de “um certo militarismo, uma glorificação do poder pelo poder, e uma diminuição da importância da diplomacia e de acordos como métodos de resolução de conflitos internacionais” (Demant 2001, 214) ao longo dos anos.

Apesar da diversidade e heterogeneidade social, derivada das imigrações de judeus de diversas origens durante a primeira década do Estado, a sociedade israelense dos anos de 1950 se mantinha coesa, em função da “ideologia totalizante do estatismo” (Demant 2001, 216), em que o coletivo, manifestado pelo nacionalismo da nova identidade israelense, ainda colocava-se mais importante do que o individual. Percebia-se, assim, uma “progressiva hegemonia de um Estado de Israel ‘normalizante’ sobre uma tendência ‘particularizante’ de Terra de Israel. Israel parecia a caminho de se tornar um país ‘normal’” (Demant 2001, 217).

Ninguém esperava, contudo, que o triunfo incontestável numa guerra pudesse tirar Israel dos trilhos da normalidade². Os impactos da chamada “Guerra dos Seis Dias” foram enormes no curso da mudança na identidade israelense. Os territórios conquistados em 1967 trouxeram sérias implicações para as relações árabe-israelenses, especialmente porque mudaram o equilíbrio

2 A aguda percepção israelense de ameaça levou à declaração de uma guerra preemptiva contra o Egito, em junho de 1967, em resposta à movimentação de tropas egípcias em direção à fronteira com Israel, no Sinai, e ao fechamento do estreito de Tiran para a passagem de embarcações israelenses. A rápida destruição do exército egípcio e a vitória sobre Egito, Jordânia e Síria selou o imenso poder de combate das Forças de Defesa Israelenses, bem como delimitou, em grande parte, o mapa atual do país. Ao fim da guerra, o território israelense havia triplicado, acrescentando às linhas antigas o Sinai e Gaza egípcios, a margem oeste do rio Jordão (Cisjordânia) e as Colinas de Golã sírias.

populacional (árabes e judeus) do Estado de Israel, criaram dois “bolsões” palestinos (Gaza e Cisjordânia) e demonstraram a capacidade israelense de, ao seu sabor, mudar a balança de poder regional. Aventaram, igualmente, novos debates acerca do destino dos judeus sobre a *Eretz Israel*, retomando ideais territorialistas bíblicos (Peleg, 1987). Por fim, a guerra reforçou a posição dos judeus de isolamento: sofriam, segundo Demant (2001, 217), da “indiferença do mundo”, o que reforçava o caráter de autoconfiança da política judaica e, de alguma forma, respaldava a tácita aliança entre Israel e EUA frente à negligência europeia quanto aos assuntos da região. Decorre daí, também, a exacerbação dos dilemas que permeavam as identidades coletivas confrontantes no seio da sociedade israelense.

Quatro grandes debates apontavam para a múltipla cisão da política israelense durante a década de 1970 e início dos anos de 1980: esquerda (*doves*) x direita (*hawks*); israelenses judeus x israelenses árabes; asquenazes (judeus europeus) x judeus orientais; e judeus religiosos x seculares (Demant 2001).

A questão territorial era a principal força motriz do debate entre esquerda e direita em Israel. Enquanto os primeiros, também chamados de “demógrafos” à época, advogavam por um Estado menor e demograficamente mais judeu, os últimos, “territorialistas”, lutavam pelo estabelecimento do *Eretz*, ou seja, acreditavam no direito judaico dos territórios “libertados dos árabes” na Guerra de 1967. A paz, para os membros da esquerda, poderia ser estabelecida a partir de, ou levando-se em conta, concessões territoriais. Essa visão era veementemente negada pelos “falcões” (*hawks*) da direita³. Com efeito, “um dilema sobre a disposição dos territórios coloriu todos os outros grandes antagonismos de identidade” (Demant 2001, 219). De fato, esse debate será importante para a compreensão do momento da identidade israelense no início dos anos de 1980 – quando houve a invasão israelense no Líbano –, marcado pelo preponderante pensamento de direita na política de Israel.

A relação entre os primeiros colonizadores sionistas da Palestina de origem europeia (asquenazes ou *ashkenazim*) e os judeus provenientes do mundo árabe e do oriente (sefaraditas ou *sefardim*) também não era livre de tensões, apesar de os últimos representarem a concepção inicial do Estado de Israel como um *melting pot* homogeneizante, internos ao grupo, diferentemente dos árabes israelenses. Os judeus orientais concentravam-se nas camadas de menores rendas e oportunidades da sociedade e cresceram a ponto de, em 1977, tornarem-se “suficientemente assertivos para derrubar os trabalhistas do poder” (Demant 2001, 219, Arian 2005). Dessa forma, a democratização da sociedade israelense abria espaço para a participação mais enfática desse grupo, de característica mais tradicionalista e religiosa.

Some-se a isso a mais profunda contradição que afeta a política israelense, segundo Demant (2001): o conflito entre judeus religiosos e seculares. “Isso acontece por se encontrar na base do contrato social e das próprias estruturas e valores que fazem a coesão da sociedade” (Demant 2001, 219-220). Até a cisão social engatilhada pela Guerra de 1967, identidades seculares e religiosas conviviam em equilíbrio em função de um acordo tácito de divisão de poder realizado entre trabalhistas, que predominavam no momento imediatamente anterior

³ Ainda assim, quando, em 1977, o Egito realizou uma manobra política de “paz surpresa” em direção a Israel, colocando-se em abertura para debate e o firmamento de um acordo de paz entre os dois países, conseguiu recuperar todo o Sinai (ocupado em 1967 por Israel). Na época, predominava o pensamento do governo do partido da direita israelense, o Likud.

e nas primeiras décadas do Estado, e uma minoria religiosa. Assim, afirmava-se o caráter essencialmente judeu do Estado, ainda que as leis rabínicas, previstas pela corrente religiosa-ortodoxa, só deliberassem sobre questões do indivíduo (como o estado civil). A partir dos anos de 1970, os judeus religiosos passaram a demandar mais do Estado, pregando, entre outras coisas, a “judaização” dos territórios ocupados e o aumento da influência das leis religiosas (Gazit 2003).

Identities e mudança política: o sionismo tardio e a ascensão do Likud

Esses quatro grandes debates da sociedade israelense que caracterizaram o período do “sionismo tardio” dividiam o povo judeu em dois blocos antagônicos: um asquenaze-classe média-secular-esquerdista, outro oriental-pobre-religioso-direitista (Demant 2001). Em termos mais específicos, entendemos que houve uma inflexão política importante em meados da década de 1970 acarretada pela confluência de três fatores fundamentais: a) o desgaste do bloco do Alinhamento Trabalhista (HaMa'arakh) após a Guerra do Yom Kippur, em outubro de 1973, levando à renúncia, em abril do ano seguinte, da primeira-ministra Golda Meir e de seu ministro da Defesa, Moshe Dayan (Morris 2001); b) o esgotamento das relações vigentes entre Estado e sociedade ditadas pela geração Ashkenazi dominante desde a comunidade judaica pré-Estado (Yishuv), em decorrência das transformações demográficas e da emancipação política dos judeus orientais em Israel (Arian 2005); c) a expansão dos assentamentos na Cisjordânia ao longo da década de 1970, pressionada por grupos como o nacionalista-messiânico Gush Emunim, que conseguiram subverter a política moderada de colonização dos territórios empreendida pelos governos trabalhistas (Gazit 2003).

Esses três elementos foram responsáveis por mudanças importantes na maneira como o governo israelense enxergava seus vizinhos árabes, por um lado, e os palestinos, por outro. Com relação aos primeiros, os ânimos entre a população de Israel se acirraram após a Guerra do Yom Kippur, que resgatou o sentimento generalizado de insegurança diante da falta de preparo das Forças de Defesa Israelenses em reagir rapidamente a um ataque militar árabe coordenado. A chegada de Yitzhak Rabin no poder, após a renúncia do gabinete de Meir, foi marcada por uma errática tentativa de “normalizar” as relações com o Egito, tido como o mais formidável adversário militar de Israel, motivado pelo êxito do presidente egípcio, Anwar Al-Sadat, em reconquistar parte do Sinai⁴. Não obstante, esse processo – chancelado pelo governo norte-americano de Jimmy Carter (que assume em 1977) – foi concluído por Menachem Begin, em seus dois primeiros anos de mandato, nos acordos de Camp David (1978) e no tratado de paz Israelo-Egípcio (1979).

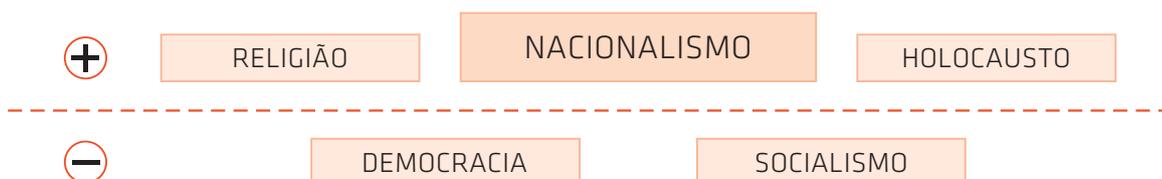
Nesse contexto geopolítico – busca da “normalização” externa do Estado de Israel – e doméstico, que havia evoluído e se corporificado desde os anos de 1950, a direita chegava ao poder após três décadas de hegemonia política dos trabalhistas. Com ela, novos ares capazes de provocar um novo equilíbrio da identidade israelense. Importante ressaltar, contudo, que a normalização das relações com o Egito não representava, de maneira alguma, a acomodação

4 “[B]oth Rabin as Israel’s new Prime Minister in 1974 and his successor, Menachem Begin in 1977, were forced to change fundamentally Israel’s position to a more conciliatory approach in order to recover in a credible way the strategy of taking Egypt out of the conflict. They knew that this might not assure that the Arab-Israeli conflict would know no more wars, but should such a war nevertheless erupt, its nature would be substantially different from a war with Egypt’s participation” (Ben-Ami 2006, 148).

existencial com os árabes. Trata-se, antes de tudo, de um imperativo para a sobrevivência de um Estado que, ao contrário dos feitos militares de 1967, sentia-se particularmente acuado pelos vizinhos⁵. A visão de expressiva parte da sociedade israelense sobre os árabes era, em geral, negativa: fração da população de judeus orientais que migrara para Israel ao longo das décadas de 1940 e 1950 havia sofrido com o renovado antissemitismo do mundo árabe; ademais, a própria ideologia neorrevisionista que inspirava “falcões” políticos como Begin projetava os árabes como a extensão lógica e contemporânea do antissemitismo histórico, urgindo sua destruição para garantir a sobrevivência do povo judeu. Seja em sua versão religiosa – que tratava os árabes como “Amalek”, a nação bíblica cuja destruição Deus incumbiu aos israelitas –, seja em seu formato secular, que os assumia como um povo culturalmente inferior, a rejeição aos árabes foi amplificada ao longo da década de 1970 (Peleg 1987).

Nutrida, do ponto de vista pessoal, pelos judeus orientais e seus descendentes, e fomentada, em sua dimensão simbólica, pelos neorrevisionistas, a relação com os árabes foi um elemento fundamental a dar margem ao triunfo da direita nas eleições de 1977. Uma vez no poder, o bloco do Likud pautou-se pela seguinte lógica *exclusionista*: “se os árabes são a eterna semente antissemita, ninguém pode dialogar com eles, chegar a um acordo com eles, ou deixar de lutar contra eles” (Peleg 1987, 71). Nesse sentido, em contraste a uma acomodação *estratégica* com os Estados árabes – traduzida na normalização de relações –, nota-se, por outro lado, uma *rejeição permanente* aos povos árabes.

Essa rejeição ilumina, em grande medida, a relação entre israelenses e palestinos no período em tela. Tal relação possui duas frentes: os palestinos na *diáspora*, sobretudo aqueles que se assentaram nos próprios países árabes (Jordânia, Líbano, Síria e Egito), e os palestinos nos territórios. Até a primeira *Intifada*, em 1987, a preocupação israelense era direcionada ao movimento internacional palestino e seu principal representante, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), com quem Israel engajou-se militarmente em diversas oportunidades. Pode-se dizer, portanto, que a via militar era empregada prioritariamente na primeira frente, e que a colonização – dada pela construção de assentamentos nos territórios – era a linguagem adotada nas relações com a segunda frente. Em ambos os casos, havia a radicalização da interação entre o “*self*” judaico/israelense e o “*outro*” árabe/palestino. No contexto da identidade israelense, aumentam as tintas nacionalistas – e com elas, as referências históricas à religião (como, por exemplo, a visão da *Eretz Israel*) e ao Holocausto – e deixa-se de enfatizar a democracia como característica definidora do Estado e seu povo. O diagrama dessas relações pode ser esquematizado da seguinte forma:



⁵ Pode-se dizer que essa mesma percepção estimulou a tentativa do governo de Begin em obter reconhecimento por parte do governo libanês de Bashir Gemayel, pouco tempo mais tarde.

Menachem Begin, primeiro-ministro que assume após as eleições gerais de 1977, parecia representar a síntese desse novo equilíbrio. A enorme distância entre Begin e os pioneiros do Estado, como David Ben-Gurion, marcava o novo momento da sociedade israelense⁶. O novo chefe de governo buscou manipular, durante seu tempo no poder, os diversos elementos de constituição identitária por meio da política externa, criando, assim, um novo momento da identidade nacional a partir do reequilíbrio daqueles elementos. Begin, ele próprio sobrevivente do Holocausto, foi um dos políticos israelenses que mais se aproveitou do recurso da comparação entre nazistas e árabes para fortalecer o tom de seus discursos ou ideias (Peleg 1987, Friedman 1995), além de recorrentemente evocar metáforas de religião ou discursos nacionalistas.

Menachem Begin entre a retórica e a realidade: política externa e Guerra do Líbano

No dia 28 de junho de 1982, três semanas após a invasão do Líbano, o primeiro-ministro de Israel voltava ao Knesset (ele já havia se pronunciado no dia 8 daquele mês) para justificar para o público israelense os últimos desdobramentos do conflito em território libanês. Sua presença no Knesset havia sido impulsionada pela crescente oposição doméstica ao rumo da “Operação Paz para a Galileia”, não só entre a população, mas também no âmbito político. Dessa forma, a análise desse pronunciamento estará centrada, como já explicado anteriormente, nos elementos identitários elencados na seção anterior. Begin retoma o Holocausto, o nacionalismo e a religião, mesclando esses e outros fatores constitutivos de forma a construir um equilíbrio identitário específico que caracterizaria a identidade israelense naquele momento histórico.

As referências ao Holocausto sempre foram marcantes em Menachem Begin. Na verdade, o recurso ao sofrimento judaico na Europa durante a Segunda Grande Guerra era o “centro de gravidade” do movimento neorrevisionista, do qual Begin fazia parte, considerado uma versão radical do revisionismo de Vladimir Jabotinski, corrente sionista do início do século 20 (Peleg 1987). Tais referências funcionavam, para os neorrevisionistas, não somente como um símbolo extremamente poderoso, mas também como um referencial importante, talvez o único parâmetro de medida daquele governo israelense. Essa dependência histórica acarretava uma interação com o mundo real reduzida, ou mesmo mínima (Peleg 1987, 65). O Holocausto cristalizava-se, durante o período Begin, por meio das comparações diretas entre o grande algoz do passado, o movimento nazista alemão, e o perigoso adversário daquela época, o movimento nacional palestino, corporificado na Organização para a Libertação da Palestina:

As fronteiras israelenses pré-1967 eram referidas como ‘fronteiras de Auschwitz’, a carta Palestina como *Mein Kampf*, Arafat como Hitler, e a OLP como ‘a S. S. árabe’ (...). Na abordagem de questões de política externa, Begin e seus associados têm constantemente se referido

6 Sobre essa evolução, Oz (1994) traça um interessante panorama: “Para aquelas centenas de milhares de judeus que vieram para Israel na década de 1950, a visão de um primeiro-ministro vestindo shorts cáqui e uma camisa aberta era uma abominação (...). Eles queriam o conforto e a estabilidade burguesas. Eles odiavam aqueles ‘lunáticos socialistas’ (...) com sua mentalidade melting-pot e seu desdém pelas tradições ‘reacionárias’ (...) dos novos imigrantes (...). Eles queriam que o país fosse governado por cavalheiros respeitáveis (...), que fossem à sinagoga (ou pelo menos usassem vocabulário religioso) e que personificassem o fato de que os judeus fossem (...) uma nação ‘decente’ como todas as outras. Em suma, eles queriam Begin, e finalmente conseguiram-no” (Oz 1994, 13).

à experiência do Holocausto como se essa referência fosse uma obrigação ritualística (Peleg 1987, 65).

Foi justamente remetendo ao Holocausto que Begin iniciou seu discurso ao Knesset. As referências ao sofrimento judaico durante o período nazista são evocadas pelo primeiro-ministro no intuito de demonstrar ao mundo que, justamente por já terem vivenciado na pele toda sorte de crueldade, os judeus e seu exército jamais seriam capazes de perder seu caráter “humano”, mesmo em conflito. Para ele, por mais indesejável que tenha sido a opção pela guerra, os soldados israelenses lutariam com bravura e respeito, para que o povo judeu nunca mais precisasse padecer. E, para tanto, não precisariam da ajuda de outrem.

(...) essa é uma batalha pela verdade, e vamos conduzi-la com toda nossa força moral (...). O derramamento de sangue judaico com esforços supremos para colocar um fim a ele jamais ocorrerá novamente em nosso mundo cruel. Nós não esperamos pela assistência de nenhum Estado. Nós vamos decidir, e agir. Graças a Deus temos uma geração de combatentes que Israel não havia tido desde os dias dos macabeus. Eles sabem seu trabalho. Um exército humano. (Begin 1982).

Dois outros elementos da identidade judaica se fazem notar nessa passagem: o primeiro deles é a autoconfiança, elemento estratégico fundamental na doutrina de segurança de Israel, segundo a qual o exército buscaria agir sempre sem a ajuda, ou mesmo a anuência, de algum Estado – nem mesmo das grandes potências com quem os judeus sempre buscaram se aliar. Naturalmente, para que se compreenda o recurso à autoconfiança, esse elemento tem que ser relativizado. Israel, de fato, possuía, desde sua fundação, um exército exemplar. Seu poder de fogo, contudo, sempre foi dependente de auxílio externo, especialmente por parte dos EUA, o maior fornecedor de armamentos para os judeus. Assim, não obstante a autoconfiança marcante da atuação israelense no Líbano, a “Operação Paz para a Galileia” só foi tirada do papel assim que se percebeu um “sinal verde”, ainda que tácito, do governo norte-americano (Schiff e Ya’ari 1984, Yaniv 1987). Apesar da forte oposição à guerra do Líbano levada a cabo por Ronald Reagan, então presidente dos EUA, sabia-se, entre as lideranças israelenses, que nenhum tipo de retaliação seria realizado de fato.

Outro elemento presente na passagem supracitada é o recurso ao nacionalismo, ilustrando-o com uma passagem da Antiguidade, em sua referência ao tempo dos macabeus. Os macabeus foram os judeus que lutaram contra a dinastia dos selêucidas gregos sobre a Palestina, e que conseguiram estabelecer a independência judaica sobre a terra de Israel durante aproximadamente um século, entre 165 e 63 a.C. (Eban 1975). A referência aos macabeus está enraizada na cultura judaica. Faz parte da tradição do Estado de Israel comemorar o *Hanukkah*, que remete à vitória de Judas Macabeu sobre o reino selêucida. Recordar os macabeus e seu exército vitorioso pode ser compreendido, portanto, no contexto do ideário popular israelense e na tentativa de Begin de exaltar as conquistas de seus próprios soldados, mirando no público mais conservador e religioso.

Há outras fortes referências ao nacionalismo na fala de Begin. Algumas delas estão intrinsecamente relacionadas à religião, como o recurso ao conceito do “povo escolhido”, que implica, entre outras coisas, a concepção dos judeus como uma “luz sobre as nações”, ou *or*

la'goyim (Merom 1999). Esse caráter diferenciado dos judeus, que os confere um papel *sui generis* no mundo, seria uma justificativa para a invasão do Líbano – não somente pela garantia da segurança dos povoados da Galileia, ao norte de Israel, mas também pelo bem realizado por Israel à população libanesa, ao buscar acabar com a base de operações da Organização para a Libertação da Palestina. Begin (1982) argumenta: “(...) posso dizer que a organização chamada OLP trouxe ao Líbano assassinato e estupro, e as FDI, sem fazer nenhuma comparação, trouxe ao Líbano liberdade e dignidade humana”. Retoma-se, assim, o eixo axiológico de Todorov (1999), no qual se observa uma polarização identitária entre OLP e Israel.

A visão sionista da *Eretz Israel*, propagada principalmente por revisionistas como Jabotinsky, também é utilizada em uma torta retórica para justificar a falta de interesse territorial de Israel sobre o Líbano. Mais uma vez, ela é aliada a elementos do antigo nacionalismo hebraico, de forma a reforçar, de algum modo, a missão libertadora e atemporal de Israel com relação a seu vizinho.

Não queremos um só milímetro quadrado do solo libanês. *O Líbano não é a Terra de Israel*. Desde tempos imemoriais até o fim de todas as gerações, o Líbano não foi a Terra de Israel. Nós queremos renovar a aliança com o Líbano, *assim como era num tempo distante entre Israel e Judá e o Líbano*. Nós vamos renová-la. Mas, antes de tudo, temos que nos livrar dessa escória que não está escrita na Torá, esses terroristas *que não quero sequer descrever por seu nome correto* (BEGIN, 1982, grifos acrescentados).

Merecem destaque, nessa passagem, três características presentes na retórica de Begin e que compõem, em maior ou menor grau, a identidade israelense. Uma delas é o recurso à imagem da Terra de Israel, mencionada há pouco. Sua popularidade foi revivida a partir da ocupação israelense de Gaza e da Cisjordânia, em 1967, e o debate territorialista fez parte da marcante cisão entre direita e esquerda israelenses desde então (Demant, 2001). De caráter essencialmente bíblico, a noção da Terra de Israel foi retomada pelo governo de Begin como ponto focal de sua política externa, sendo utilizada para justificar, internamente, a rigidez de negociação com os países árabes acerca do *status* dos territórios ocupados.

O segundo elemento que se destaca na passagem acima é a parceria histórica entre os hebreus e os libaneses. Ela faz parte de um dos maiores equívocos israelenses com relação aos seus vizinhos. Enquanto a ideia vigente em Israel à época era a de que os libaneses eram tão somente os cristãos maronitas que lá habitavam, Friedman (1995) argumenta que, na verdade, havia (pelo menos) dois Líbanos distintos e, por muitas vezes, antagônicos: um cristão, representado pelos maronitas, e um muçulmano, do qual os sunitas eram os principais representantes. A crença equivocada de uma possível amizade entre maronitas e judeus, que juntos formavam uma frente ocidental no Oriente Médio, derivava-se de uma aproximação histórica com raízes na Antiguidade, mas que também se assentava na oposição aos árabes.

Superficialmente, maronitas e judeus achavam que possuíam muito em comum: alguns maronitas se viam como fenícios dos tempos modernos que trariam a diáspora fenícia de volta ao Líbano, assim como os sionistas faziam com os judeus; juntos, restaurariam a civilização mediterrânea antiga. Outros maronitas e judeus se viam como herdeiros ‘bastiões da civilização ocidental’, levando luz às hordas de impuros árabes-muçulmanos que ainda viviam na Idade das Trevas (Friedman 1995, 134-5).

Assim, a crença equivocada sobre o Líbano, reforçada por líderes como Menachem Begin, conformava um ponto essencial da identidade israelense – o da identificação com os maronitas pela similaridade, tanto conjuntural quanto histórica –, e informava um caminho muito particular trilhado pela política externa de Israel durante a guerra do Líbano. Isso porque, seguido ao mito da parceria maronita, mitificava-se, também, Bashir Gemayel e os falangistas, aliados aos judeus no combate aos palestinos em território libanês (Friedman 1995). Begin e parte do povo israelense os viam como vítimas de um massacre perpetrado pelos muçulmanos. “Era como se eles fossem os judeus da Europa oriental nos anos 40 e Israel fosse salvá-los” (Friedman 1995, 137). A vitimação de Gemayel e sua facção era importante não somente para reforçar a empatia entre judeus e maronitas, mas também para ratificar a posição de Israel como “salvador”. Ela apresentava uma função dúplice na construção das fronteiras entre o “*self*” e o “outro”: ao mesmo tempo em que reforçava o “*self*” judaico/israelense pela aproximação com um “outro” semelhante, construída a partir da oposição de ambos a um “outro”, inimigo, reforçava um caráter particular do “*self*”, único, de “luz sobre as nações”.

A relação de proximidade entre judeus e maronitas, que se estreitou durante a guerra do Líbano, provou ser um equívoco justamente porque ela era tão somente fictícia, já que escondia, por trás de votos de amizade, interesses muitos peculiares de Israel – como o de estabelecer, ao fim e ao cabo, uma zona de influência judaica no Líbano para além de somente “fronteiras estáveis” –, bem como os objetivos velados dos maronitas. Gemayel visava utilizar Israel exclusivamente como uma escada para o poder, numa aliança instrumental, para descartá-los tão logo a duradoura guerra civil libanesa fosse finalizada, com a coroação maronita no governo. A morte de Bashir Gemayel, a poucos dias de sua posse na presidência, em meados de setembro de 1982, e os eventos que se sucederam, como o massacre de Sabra e Shatila⁷, foram emblemáticos para mostrar que, uma vez fragilizada a aliança entre judeus e maronitas, nenhuma das similaridades e destinos históricos comuns evocados de forma tão eloquente meses antes seria capaz de garantir uma vitória conjunta daqueles povos sobre os árabes⁸.

Por fim, um terceiro elemento que podemos extrair da passagem mencionada é a relação com os palestinos, notadamente a OLP, sob a ótica praxiológica de Todorov (1999). Já situados no eixo axiológico do mau/inferior, no eixo epistêmico, a relação entre estes e Israel era de não reconhecimento. O chamado “problema palestino” foi tratado em extensão por Shamir (1982) num artigo que delineia uma espécie de “doutrina externa” israelense. Esse problema relaciona-se, na realidade, aos clamores nacionalistas palestinos, e é passível de diversas interpretações: uma humanitária, segundo a qual os meios econômicos deveriam ser utilizados para aliviar o sofrimento dos árabes palestinos deslocados de suas terras em 1948; uma “quase humanitária, quase política”, que mantém a alegação da existência de um “povo” palestino, com direito a um lar na região da Palestina; e, por último, uma interpretação “rejeicionista e politicida”, de acordo com a qual a terra antes chamada de Palestina deveria ser de direito único e exclusivo daqueles

7 O episódio do “massacre de Sabra e Shatila” constituiu-se no assassinato de aproximadamente 3.000 palestinos, habitantes dos campos de refugiados de Sabra e Shatila, em Beirute, perpetrado pelas Falanges – o exército miliciano maronita – e autorizados pelas FDI, que ocupavam a região (Schiff e Ya’ari 1984).

8 Não à toa, a “conexão maronita” é considerada como um dos grandes, senão o maior, fracasso de Israel em sua campanha no Líbano (Schiff e Ya’ari 1984, Evron 1987, Yaniv 1987, Friedman 1995).

que se intitulam “palestinos” (os árabe-palestinos), devendo ser deles o poder de decidir sobre a convivência, ou a extinção, do Estado de Israel (Shamir 1982).

O “problema palestino”, além de esconder uma rejeição árabe por Israel, acaba por negligenciar um dado importante que também é parte integrante do discurso de política externa israelense: o de que, tecnicamente falando, a Jordânia deveria ser o lar dos palestinos, uma vez que representa aproximadamente 77% do antigo território da Palestina sob mandato britânico: “Reduzido a suas proporções reais, o problema claramente não é o da falta de uma terra-natal para os árabes palestinos. Essa terra-natal é a Trans-Jordânia, ou Palestina oriental” (Shamir 1982, 791).

Essa crença na Jordânia como lar palestino relaciona-se intimamente, ainda que de uma forma velada, com a questão da OLP no Líbano. Evron (1987) argumenta que o destino da Jordânia como receptor dos palestinos em decorrência da invasão do Líbano foi um dos contextos a que os objetivos da guerra estavam diretamente relacionados. Para compreender tal relação, é necessário que se analise a região da Cisjordânia (ou, como chamada pelos judeus, Judeia e Samária) como uma localidade estratégica para demandas por legitimidade de ambos os lados. Os habitantes da área ocupada por Israel desde 1967, de maioria árabe, concentravam suas expectativas nacionalistas em dois centros de “legitimidade palestina”: a Jordânia e a OLP. Para os árabes da Cisjordânia mais radicais, o apoio à organização liderada por Yasser Arafat mantinha acesa a crença da libertação dos territórios para um eventual Estado palestino. Por outro lado, os mais moderados acreditavam na “saída jordaniana”, isto é, na busca pela aproximação política entre árabes em ambas as margens do rio Jordão.

Nenhuma das demandas dos árabes da Cisjordânia era vista com bons olhos por Israel. O apoio à OLP, “arqui-inimiga” de Israel durante os anos da organização no Líbano, era, por si só, deletério: entre a elite israelense, negava-se veementemente a possibilidade de conferir qualquer legitimidade política a Arafat e seus seguidores (Shamir 1982). A “opção jordaniana” era tampouco desejável, já que poderia levar, no limite, ao retorno da “margem ocidental” ou de parte dela à soberania árabe. Acreditava-se, não obstante, que a completa erradicação da OLP – ainda que fortalecesse o movimento pró-jordaniano – poderia causar um impacto considerável na população árabe da Cisjordânia, diminuindo a resistência palestina e abrindo possibilidades para a implementação de um acordo transitório de autonomia, que culminaria na consolidação de um controle israelense legítimo sobre a área. Tendo isso em vista, pode-se considerar a “Operação Paz para a Galileia” como um mecanismo para se transformar ou buscar resolver o “problema palestino” (Evron 1987).

Enquanto Shamir (1982) justifica essa posição de forma elegante e diplomática, Begin (1982), por sua vez, recusa-se a conferir qualquer caráter de legitimidade à organização de Arafat, e isso é patente em seu pronunciamento. Não menciona nominalmente nenhum dos líderes palestinos, e, quando se refere a Arafat, não o faz de forma respeitosa, pintando-o como um “terrorista com o rosto cabeludo, assassino de crianças” (Begin 1982).

Inferioridade e negligência com respeito aos palestinos faziam parte de uma mitificação que, mesmo enraizada na identidade nacional israelense, servia amplamente para fins políticos. Isso porque, na década de 1980, após mais de trinta anos da criação do Estado de Israel,

a continuidade de um mito sionista essencialmente instrumental – útil para impulsionar o movimento em direção à Palestina, uma “terra sem povo para um povo sem terra” – perdeu força, eventualmente tornando-se desnecessária. Dessa forma, o confinamento dos palestinos às extremidades negativas dos eixos de Todorov, esvaziada de seu propósito primordial, perdurou em função de interesses políticos: afinal de contas, para afirmar a identidade israelense, era necessário encontrar o diferente, o antagonico. Assim, ainda no curso da guerra do Líbano os israelenses “viam os palestinos (...) como uma parte de uma massa árabe indiferenciada, que se estendia do Marrocos ao Iraque sem qualquer identidade cultural, histórica ou étnica particular ligada à terra da Palestina” (Friedman 1995, 141).

Uma das implicações diretas desse mito, notadamente com relação a Menachem Begin, é a incapacidade de diferenciar um movimento nacionalista palestino legítimo, fundamentado, de atos terroristas praticados em seu nome. “Como Begin fundamentalmente rejeitava a noção de uma nação palestina legítima (...), qualquer coisa realizada politicamente ou militarmente em nome desse nacionalismo palestino ‘falso’ era visto por ele como ilegítimo e potencialmente criminoso” (Friedman 1995, 142). O primeiro-ministro, e por conseguinte as políticas por ele executadas, também era incapaz de distinguir, em função da negligência, os diversos grupos “nacionalistas” palestinos, entre os quais a OLP firmara-se como ator principal. Essa característica é essencial para que se compreenda o início da guerra do Líbano. Quando o embaixador israelense no Reino Unido, Shlomo Argov, sofreu um atentado por palestinos, tanto Begin como Sharon e Eitan entenderam o momento como a “provocação final” da OLP para que Israel entrasse em território libanês. A “Operação Paz para a Galileia”, assim, foi colocada em prontidão.

Contudo, no íterim entre o atentado contra Argov, no dia 3 de junho, e a invasão, três dias mais tarde, a inteligência israelense havia confirmado ao primeiro-ministro que o atentado havia sido realizado não por Arafat, mas por um grupo de oposição à OLP, chamado Abu Nidal. “Begin, no entanto, não estava no clima para dar atenção a um detalhe tão pequeno” (Yaniv 1987, 110). Relata-se que, ao ouvir dos chefes de inteligência que o atentado deveria ser atribuído ao Abu Nidal, Begin teria exclamado “todos eles são OLP!”, e continuado sem mais interrupções com uma das reuniões em que se decidiria pela incursão no Líbano (Schiff e Ya'ari 1984, Shlaim 2004).

Outro elemento que se pode extrair do pronunciamento de Begin é o patente e constante recurso à inevitabilidade do confronto por parte de Israel, já tratado anteriormente. O Estado judeu nunca vai à guerra; ele é “puxado” por ela⁹. Durante o desenrolar do conflito do Líbano, essa situação não poderia ser diferente.

Nós queremos um cessar-fogo total; então mesmo que eles atirem, ficaremos em silêncio (...). Os terroristas anunciaram que continuariam lutando, atirando. Mas o principal é que eles não só atiraram em nós (...) mas eles lançaram um anúncio que eles continuariam lutando contra nós e atirando nos nossos soldados (...). O que nosso exército deveria ter feito? O que qualquer outro exército teria feito? (Begin 1982).

⁹ Mesmo autores que estão simplesmente relatando o conflito do Líbano, de forma apolítica, eventualmente incorrem no recurso retórico do “foi puxado para a guerra” (*was drawn into war*), ainda que involuntariamente. Essa expressão, por mais imprecisa que de fato tenha sido para descrever a invasão israelense do Líbano, é observada em uma série de literaturas (Schiff e Ya'ari 1984, Yaniv 1987, Gabriel 1987), bem como nos discursos.

Essa percepção é condizente com a posição inicial de Begin com relação à invasão do Líbano. Na reunião do dia 5 de junho, em que se decidiu pelo imediato lançamento da “Operação Paz para a Galileia”, relata-se que Begin haveria aberto o encontro do gabinete bradando:

Chegou a hora da decisão. Vocês sabem o que tenho feito e o que todos nós temos feito para impedir a guerra e a consternação. Mas nosso destino é que, na Terra de Israel, não há como fugir de lutar com o espírito de autossacrifício. *Acreditem-me, a alternativa à luta é Treblinka*, e nós decidimos que nunca mais haveria Treblinkas. Este é o momento em que uma corajosa escolha deve ser feita (Begin citado por Shlaim 2004, 457, grifos acrescentados).

Com ou sem alternativa à guerra, o cerco e a entrada em Beirute foram talvez os momentos mais criticados dos períodos iniciais da guerra do Líbano. A capital libanesa não estava na rota inicial do exército israelense, tampouco sua tomada foi aprovada, nem sequer prevista, pelo gabinete (Yaniv 1987, Schulze 1997). Líderes de oposição, mesmo alguns que tinham inicialmente apoiado a invasão em seu caráter limitado, apontavam veementemente os custos políticos e os riscos de se tentar tomar uma capital árabe (Schiff e Ya’ari 1984). Assim, mesmo que a guerra tivesse sido iniciada com alternativas a ela, Begin tentou transformar a chegada a Beirute em evento sem alternativa, argumentando que a aproximação de suas tropas à capital foi “ditada pela necessidade”. Mais tarde, no dia 8 de agosto, Begin já indicava Beirute – outrora e, até a chegada das tropas israelenses aos seus arredores, sempre negada como alvo da operação militar – como parte dos interesses israelenses no combate à OLP: “Todas as ordens de conduzir tais atos de assassinato e sabotagem vieram de Beirute” (Begin 2001, 256).

Os momentos finais do pronunciamento de Begin são cruciais porque denotam a tentativa de se perenizar um dos fundamentos mais controversos das relações internacionais: a guerra preventiva. O cerne de seu argumento reside aqui: todos os elementos pertencentes ao equilíbrio identitário israelense parecem convergir na necessidade de se corroborar toda e qualquer ação militar, a princípio vista como ofensiva, mas que se alegue defensiva frente à percepção de uma ameaça externa. Nacionalismo em suas raízes, Holocausto e religião são invocados ao mesmo tempo nesse sentido, de forma a congregar todos os diferentes em torno do objetivo único de vencer a guerra:

A unidade nacional não deve ser quebrada (...) [e é] o mais importante. (...) [O] povo judaico somente pode existir, *com a ajuda de Deus*, pela sua prontidão em sacrificar parte de seus melhores filhos, somente pelo desejo pelo autossacrifício. Não fosse por isso, não teríamos atingido a independência, não teríamos-la mantido. [Força e coragem] é do que nossos filhos são feitos. Orgulhamo-nos deles, *todos nós juntos*. Vocês educaram seus filhos nos *kibbutzim*, e me orgulho deles (...) [mesmo que] tenhamos seguido caminhos diferentes. Assim foi o decreto de Deus – mas todos por um *objetivo comum* (Begin 1982, grifos acrescentados).

O “objetivo comum” da busca pela paz é evocado, portanto, para justificar uma operação militar de caráter quase messiânico, sendo necessário que a nação se unisse naquele momento dramático, “quando nossos combatentes estão arriscando suas vidas”. Por fim, a lição da guerra em andamento é trazida por Begin, que representa o marco de sua política externa e que se justifica a partir de uma complexa interação no seio da identidade nacional.

A lógica, assim, vai sendo construída para dar forma a uma política externa a partir da qual é válido, e até mesmo necessário, sacrificar-se em função dos objetivos nacionais. Objetivos que, como podem ser observados por toda a análise anterior, são também construídos discursivamente a partir da manipulação de elementos fundamentais da identidade israelense. Dessa forma, a identidade é utilizada para que se construa uma linha particular de política externa; ao justificar a última, reforça-se e legitima-se a primeira, numa relação de coconstitutividade.

Considerações finais

Esse trabalho foi elaborado com o objetivo de compreender a “Operação Paz para a Galileia”, e a política externa de Menachem Begin mais amplamente, como expressões políticas construídas socialmente. Dessa forma, identidades sociais/nacionais e política externa são tomadas como variáveis simétricas que se modificam de forma recíproca. Tal abordagem se opõe às análises canônicas acerca da Guerra do Líbano, que, no mais das vezes, assumem que seu início partiu dos interesses e da vontade de um pequeno grupo de decisores no seio do executivo israelense – Menachem Begin, Ariel Sharon, Yitzhak Shamir e Rafael Eitan (Perlmutter 1982, Schiff e Ya’ari 1984, Schulze 1998). Assim, segundo essas análises, por não corresponder a uma decisão propriamente democrática, isto é, por não refletir diretamente os interesses do povo de Israel, a operação militar e seus desdobramentos estiveram fadados ao insucesso desde o princípio.

Não se pretendeu, ao longo desse texto, entrar em conflito com a ideia de que a Guerra do Líbano representou, de fato, um fracasso político e militar para Israel. No entanto, a ideia de uma prática de política externa anômala, incoerente com os anseios de sua população, é fortemente refutada a partir desta pesquisa. Partindo da hipótese de que a “Operação Paz para a Galileia” foi diretamente informada pela identidade israelense, buscou-se reunir elementos empíricos que pudessem compreender o evento a partir da relação entre identidade e política externa.

Pode-se compreender, enfim, a Guerra do Líbano como uma decisão de política externa que significou um rearranjo específico dos elementos identitários israelenses que foram construídos ao longo da história da construção do Estado de Israel. Compreendê-la sob essa ótica só foi possível a partir de uma ainda pouco explorada relação entre prática política e identidade. Duas são as expectativas deste trabalho: em primeiro lugar, tornar plausível uma análise alternativa à Guerra do Líbano e à conduta de política externa israelense, que seja fortemente informada pela identidade israelense; por fim, contribuir para o desenvolvimento das possibilidades que essa abordagem recursiva entre política externa e identidade permite, sempre com vistas a abrir novas portas para o estudo das Relações Internacionais.

Referências

Anderson, Benedict. *Imagined Communities*. London: Verso Books, 1991.

Arian, Asher. *Politics in Israel: the Second Republic*. Washington: CQ Press, 2005.

Barnett, Michael. “Culture, Strategy and Foreign Policy Change: Israel’s Road to Oslo.” *European Journal of International Relations*, v. 5, no. 1, 1999.

- Begin, Menachem. *Address in the Knesset by Prime Minister Begin*, 1982. Disponível em: <<http://www.mfa.gov.il>>. Acesso em: 28 nov. 2011.
- Begin, Menachem. "The Wars of No Alternative and Operation Peace for the Galilee." *The Israeli-Arab Reader*. Editado por Walter Laqueur e Barry Rubin. New York: Penguin Books, 2001.
- Ben-Ami, Shlomo. *Scars of War, Wounds of Peace: The Israeli-Arab Tragedy*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- Breuilly, John. "Abordagens do Nacionalismo." *Um mapa da questão nacional*. Editado por Gopal Balakrishnan. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- Calhoun, Craig. *Nationalism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.
- Demant, Peter. "Identidades israelenses e palestinas: questões ideológicas." *Israel-Palestina: a construção da paz visa de uma perspectiva global*. Editado por Gilberto Dupas e Vigevani Tullo. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- Doty, Roxanne Lynn. "Sovereignty and the Nation: constructing the boundaries of national identity." *State Sovereignty as Social Construct*. Editado por Thomas J. Biersteker, e Cynthia Weber. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- Eban, Abba. *A História do Povo de Israel*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1975.
- Evron, Yair. *War and Intervention in Lebanon: the Israeli-Syrian Deterrence Dialogue*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1987.
- Finkelstein, Norman G. *Imagem e Realidade do Conflito Israel-Palestina*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- Friedman, Thomas L. *From Beirut to Jerusalem*. New York: Anchor Books, 1995.
- Gazit, Shlomo. *Trapped Fools: thirty years of Israeli policy in the Territories*. Portland: Frank Cass, 2003.
- Herzl, Theodor. *O Estado Judeu*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.
- Messari, Nizar. "Identity and Foreign Policy: the Case of Islam in U.S. Foreign Policy." *Foreign Policy in a Constructed World*. Vendulka Kubáľková. New York: M. E. Sharpe, 2001.
- Morris, Benny. *Righteous Victims: A history of the Zionist-Arab conflict, 1881-1999*. New York: Vintage, 2001.
- O'Neill, Bard E.. "Israel." *The Defense Policies of Nations: a comparative study*. Editado por Douglas J. Murray e Paul R. Viotti. Baltimore: the Johns Hopkins University Press, 1994.
- Oz, Amos. *Israel, Palestine and Peace*. London: Vintage, 1994.
- Peleg, Ilan. *Begin's Foreign Policy, 1977-1983: Israel's Move to the Right*. Connecticut: Greenwood Press, 1987.
- Perlmutter, Amos. "Begin's Rhetorics and Sharon's Tactics." *Foreign Affairs*, 1982.
- Safieh, Afif. "Dead ends." *New Outlook*, 1986: 7-12.
- Schulze, Kirsten E. "Israel Crisis Decision-Making in the Lebanon War: Group Madness or Individual Ambition?" *Israel Studies*, v. 3, no. 2, 1998.
- Schiff, Ze'ev e Ehud Ya'ari. *Israel's Lebanon War*. New York: Simon and Schuster, 1984.

Shamir, Yitzhak. "Israel's Role in a Changing Middle-East." *Foreign Affairs*, 1982.

Shlaim, Avi. *A Muralha de Ferro: Israel e o mundo árabe*. Rio de Janeiro: Fissus, 2004.

Todorov, Tzvetan. *A Conquista da América*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Van Creveld, Martin. *The Sword and the Olive*. New York: Public Affairs, 2002.

Verdery, Katherine. "Para onde vão a 'nação' e o 'nacionalismo'?" *Um mapa da questão nacional*. Editado por Gopal Balakrishnan. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

Yaniv, Avner. *Dilemmas of Security: Politics, Strategy, and the Israeli Experience in Lebanon*. New York: Oxford University Press, 1987.